

Impõem-se, na Ciência Política, dificuldades na definição de conceitos-chave do constitucionalismo moderno, dentre os quais está o de “democracia”. Foi na tentativa de elucidá-lo que autores como Tocqueville, Sartori, Dahl e Schumpeter produziram relevantes avanços na Teoria Democrática. Contudo, ainda percebe-se confusão inextricável de idéias acerca do conceito, para vantagem dos demagogos e déspotas. A presente pesquisa busca contribuir para com o debate por meio de enfoque no contexto cultural da Grécia Antiga, do qual nasce o primeiro regime de governo democrático do mundo, na Atenas Clássica. Para compreender o que foi a democracia helênica, pesquisou-se a passagem do *genos* aristocrático à *polis* democrática através do estudo das seguintes transições: da economia de subsistência à de trocas; do *oikos* à *polis*; da *arete* homérica à *arete* cívica; dos deuses infernais aos deuses olímpicos; do sistema vindicativo ao surgimento dos tribunais; e, por fim, o despertar do *logos* pela deliberação pública. Para a consecução de tal proposta, utilizou-se a metodologia zetética (investigativa do *ser*, conforme Viehweg), através de análise contextual e comparativa, inclusiva de estudo histórico-bibliográfico. Foram objeto de pesquisa obras de Homero, Hesíodo, Heródoto, Aristóteles, Sófocles, Ésquilo, assim como os contemporâneos estudos de H. Arendt, W. Jaeger, M. Finley, C. Mossé, F. Coulanges, G. Glotz, J. Romilly, C. Castoriadis, J-P. Vernant, entre outras. Conclui-se ser necessário que se aparte da essência do conceito de democracia o de liberalismo político e as garantias materiais e processuais dele oriundas, caso se pretenda reestabelecer nexos entre a democracia antiga e a moderna, de forma que possamos designá-las por um mesmo nome sem mais cair em incoerência conceitual.